

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA (2010-2020)****UNIVERSITY EXTENSION: BIBLIOMETRIC STUDY OF
BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION (2010-2020)****EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: ESTUDIO BIBLIOMÉTRICO DE LA
PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA (2010-2020)**Adriane Zangiacomo Foligno¹Fábio Lippi Silva²Michel Mott Machado³Artigo recebido em julho de 2021
Artigo aceito em dezembro de 2021**RESUMO**

A extensão é a dimensão educativa essencialmente constituída na relação entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade. O presente artigo teve por objetivo discutir sobre a produção científica brasileira voltada ao tema da extensão universitária. Para tal, realizou-se em estudo bibliométrico a partir de artigos publicados em revistas da área de educação, em língua portuguesa, entre os anos 2010 e 2020. Verificou-se crescente interesse pelo tema por parte da comunidade acadêmica no país, mas com a predominância de estudos descritivos, o que sugere contribuições potencialmente de baixo impacto à teoria ou a métodos de pesquisa. Sugere-se uma possível diversificação do campo de pesquisa, em vários aspectos, inclusive a utilização de pesquisa em sua função aplicada com foco na gestão e avaliação da extensão.

Palavras-chave: Extensão universitária. Estudo bibliométrico. Interação. Sociedade.

ABSTRACT

Extension is the educational dimension essentially constituted in the relationship between the higher education institution and society. This article aimed to discuss the Brazilian scientific production focused on the extension. To this end, a bibliometric study was carried out based on articles published in education journals, in Portuguese, between the years 2010 and 2020. There was growing interest in the topic by the academic community in the country, however with the predominance of descriptive studies, which suggests potentially low impact contributions to theory or research methods. It is suggested a possible diversification of the research field, in several aspects, including the use of applied research focusing on extension management and evaluation.

Keywords: University Extension. Bibliometric Study. Interaction. Society.

¹ Mestranda no mestrado profissional em educação profissional do Centro Paula Souza. E-mail: adriane.foligno@cpspos.sp.gov.br.

² Mestrando no mestrado profissional em educação profissional do Centro Paula Souza. E-mail: fabio.silva9@cpspos.sp.gov.br.

³ Professor no mestrado profissional em educação profissional do Centro Paula Souza. E-mail: michel.machado@cpspos.sp.gov.br.

RESUMEN

La extensión es la dimensión educativa esencialmente constituida en la relación entre la Institución de Educación Superior y la sociedad. Este artículo tuvo como objetivo discutir la producción científica brasileña centrada en el tema de la extensión universitaria. Para ello, se realizó un estudio bibliométrico a partir de artículos publicados en revistas de educación, en portugués, entre 2010 y 2020. Hubo un creciente interés por el tema por parte de la comunidad académica del país, pero con la predominio de estudios descriptivos, lo que sugiere contribuciones potencialmente de bajo impacto a la teoría o para métodos de investigación. Se sugiere una posible diversificación del campo de investigación, en varios aspectos, incluyendo el uso de la investigación aplicada centrada en la gestión y evaluación de la extensión.

Palabras clave: Extensión universitaria. Estudio bibliométrico. Interacción. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais responsabilidades da educação é a de introduzir o indivíduo num mundo social específico, o ingresso em novos mundos, por meio do que se pode chamar de socialização secundária (BERGER; BERGER, 1975). Portanto, aprender a viver juntos implica o conhecimento do outro, de suas histórias, crenças e tradições, ou seja, trata-se de um conhecimento que deve ocorrer durante toda a vida, e assim como ocorre na educação básica, o ensino superior deve diversificar a oferta de opções educativas, com alternância entre a vida escolar, social e profissional (DELORS, 2006).

Com isso em mente, enxerga-se na extensão uma possível, desejável e oportuna missão/função educativa, com vistas à alternância entre a vida escolar, social e profissional, uma vez que viabiliza a construção do conhecimento por meio da interação entre sujeitos, além de mostrar-se, por essência, como uma estreita forma de aproximação das Instituições de Ensino Superior (IES) e a sociedade. Nessa direção, a extensão também pode ser vista como um elo entre a IES e a comunidade externa, de modo a produzir, desenvolver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos de forma ética e socialmente responsável (TAVARES; FREITAS, 2016), de modo que a força da extensão está ancorada especialmente no seu potencial formativo, prospectivo (principalmente no que concerne à pesquisa) e de interação social (SCACHETTI; SIGRIST; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2018).

No Brasil, por meio de vários dispositivos legais e normativos, a atividade de extensão é prevista como um fazer acadêmico voltado à educação superior (BRASIL, 1988; 1996; 2004; 2018). Além disso, com vistas à institucionalização da extensão nas IES brasileiras, verificou-se também a constituição de entidades formadas por dirigentes de instituições acadêmicas públicas (FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas), particulares (FOREXP – Fórum de Extensão das IES Particulares), católicas e comunitárias (ForExt – Fórum de Extensão das IES Católicas e Comunitárias Brasileiras), que visam a articulação e a definição de políticas de extensão, bem como a geração de um Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2001) e a criação de uma Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Apesar da existência de diversos dispositivos legais, normativos e institucionais, não é incomum considerar que o tema “extensão”, ao longo do tempo, tenha suscitado incompreensões e discussões acerca dos seus conceitos e práticas (CORRÊA, 2003; CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007; SCACHETTI; SIGRIST; OLIVEIRA-

MONTEIRO, 2018; TAVARES; FREITAS, 2016;). E nesse sentido, como uma etapa preliminar para um aprofundamento do entendimento sobre esse assunto, entende-se pertinente, oportuno e relevante, ampliar a compreensão da dinâmica da produção de conhecimento voltado ao tema de interesse dentro da área de Educação.

Assim, o objetivo deste trabalho foi o de discutir sobre a produção científica brasileira voltada ao tema da extensão, tendo por referência o período 2010-2020. Para tal, realizou-se um estudo bibliométrico, que entre outros aspectos, visa mensurar a produção de conhecimento voltado a determinado tema, em um dado campo de estudos, de modo a avaliar como a produção científica ocorre em diferentes níveis, como, por exemplo, países, instituições e cientistas mais produtivos (TEIXEIRA; IWAMOTO; MEDEIROS, 2013).

Acredita-se que este trabalho possa contribuir para a contextualização do debate sobre a produção científica sobre a extensão, especialmente no cenário nacional, bem como à atualização e orientação de pesquisadores no início de suas atividades de investigação (TEIXEIRA; IWAMOTO; MEDEIROS, 2013), de modo a subsidiar decisões e encaminhamentos às pesquisas e às suas respectivas futuras publicações (FOLIGNO; SILVA; MACHADO, 2020; SILVA; FOLIGNO; MACHADO, 2020).

Além desta introdução, o presente artigo encontra-se organizado em quatro partes. Na primeira parte, busca-se desenvolver a fundamentação sobre o tema da extensão. No item seguinte, procura-se descrever como a pesquisa foi realizada. Em seguida, desenvolve-se a apresentação dos resultados e a sua discussão. Por fim, são tecidas algumas considerações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pode-se dizer que a extensão universitária, no Brasil, surgiu concomitantemente à criação das próprias universidades, ainda que este surgimento tenha sido tardio se comparado com outros países do próprio continente americano, pois foi somente no final da década de 1920 que foram organizadas, no país, as primeiras instituições com essa denominação e com a proposta de unificar regularmente a oferta de cursos de formação superior (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

A universidade brasileira foi instituída, legalmente, pela promulgação do Decreto nº 19.851/1931, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, como uma forma de normatizar e organizar instituições de ensino superior já existentes (BRASIL, 1931). É nesse documento que o termo “extensão” é utilizado pela primeira vez na legislação educacional brasileira, mas somente algumas décadas depois é que o referido termo foi receber sentido no seu uso (SOUSA, 2010).

Desde esse primeiro apontamento, até o final da década de 1960, a extensão era aceita somente como prestação de serviços e oferta de cursos às comunidades carentes, em um caráter essencialmente assistencialista (SOUSA, 2010). Tal concepção apoiava-se na ideia de repassar a indivíduos ou organizações que não tinham acesso aos saberes acadêmicos, o conhecimento técnico ou científico, com forte caráter unilateral (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020).

No contexto da ditadura militar, a partir da década de 1960, começam a surgir projetos com gestão do Estado, execução das universidades e participação de alunos, mas ainda sem haver diálogo com a comunidade (TAVARES; FREITAS, 2016). Gonçalves e Vieira (2015),

apontam que a extensão, nesse período, mantinha caráter de difusão do conhecimento técnico produzido na universidade, e passa a fazer parte de uma política nacional pautada na oferta de serviço comunitário como fator que pudesse auxiliar no desenvolvimento do país.

A Reforma Universitária de 1968, efetivada por meio da Lei nº 5.540, foi um marco para a história da extensão, ao oportunizar a difusão do conhecimento produzido na academia à sociedade (TAVARES; FREITAS, 2016). A referida lei prevê, entre outras coisas, que as IES proporcionem ao seu corpo discente a participação em atividades voltadas para a promoção da melhoria das condições de vida da comunidade (BRASIL, 1968). Mas, foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que a extensão vai encontrar um marco para sua existência, uma vez que a carta magna passa a considerá-la indissociável do ensino e da pesquisa, colocando-a no mesmo patamar destas atividades, portanto, como função acadêmica das universidades.

A partir da influência de um olhar crítico à realidade social, desenvolve-se uma nova concepção em relação à extensão, tratando-a como vínculo entre a IES e as comunidades e populações marginalizadas, de forma dialógica e “no sentido da democratização de um saber crítico e reflexivo” (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020, p. 5), com vistas a melhorar a qualidade de vida da população. Dentro dessa perspectiva de prática extensionista dialógica e emancipadora – anos 1970 – desenvolveu-se frutífera reflexão sobre a importância de uma relação de reciprocidade na troca de saberes, onde o diálogo com a sociedade é fator determinante para uma efetiva mudança na qualidade de vida da população (FREIRE, 2013).

Outra referência para a extensão no Brasil se dá no final da década de 1980 – no contexto da reabertura política –, com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), cujo intuito era o de oferecer um trabalho sistemático para conceituar e institucionalizar a extensão nas IES (TAVARES; FREITAS, 2016). Entre os objetivos desse fórum, destacam-se a formulação e o estabelecimento de diretrizes básicas e de políticas extensionistas, assim como a articulação entre as IES participantes e delas com outros segmentos da sociedade (FORPROEX, 1987). Acrescente-se, ainda, que o FORPROEX pauta a sua atuação com foco na institucionalização, na avaliação e no financiamento da extensão no âmbito das IES (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020).

Apesar de diversos avanços institucionais, a construção de um conceito para a extensão se dá em um caminho árduo, inacabado e que necessita de constante discussão, já que ainda hoje não é difícil encontrar aqueles que a consideram em sua faceta de prestação de serviços de caráter unilateral, sendo a universidade aquela que oferece o conhecimento àqueles que o recebem passivamente, conforme indicam Corrêa (2003), Sousa (2010) e Tavares e Freitas (2016).

Nesse movimento de institucionalização da prática extensionista nas IES brasileiras, bem como de esforço à sua concepção e conceitualização, o FORPROEX passa a entender a extensão como processo de grande relevância na resolução de problemas sociais no país, com unidade e transdisciplinaridade, criando condições de acesso e metodologias inovadoras, preservando manifestações culturais regionais e estimulando o desenvolvimento sustentável (FORPROEX, 2012). Cristofolletti e Serafim (2020), por exemplo, destacam o entendimento da extensão como processo, ou seja, como prática sistemática e contínua, estabelecida institucionalmente, com vistas a construir o conhecimento pela interação dialógica com a comunidade, numa efetiva troca de saberes acadêmicos e sociais.

De um ponto de vista prático, a materialização da extensão nas IES brasileiras, tem sido dirigida a indivíduos, grupos sociais, organizações públicas ou privadas, sendo

desenvolvida por meio de diversos tipos de atividades, tais como: programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007), entre outras, sendo que tais atividades podem ocorrer, sugere-se, a partir de diversos temas e subtemas definidos pelo FORPROEX e, posteriormente, pelo Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) de 2016 (MACHADO; PRADOS, 2018; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018).

Outra marca relevante da extensão diz respeito ao seu aspecto formativo. Nesse sentido, a extensão é capaz de propiciar a interlocução com o ensino e a pesquisa, a interação da IES com a sociedade, além da socialização da produção científica, a partir de um compromisso assumido por aqueles que produzem o conhecimento utilizando recursos da sociedade, de forma significativa, como resultados da interação social e institucional (TAVARES; FREITAS, 2016). Em linha com esse raciocínio, Sousa (2010) argumenta que o conhecimento é elaborado pelo homem em sua vida social e profissional, e por isso mesmo, portanto, a IES não pode ser considerada uma instituição formadora se desconsiderar o ambiente social em que está inserida, considerando-se a formação dos profissionais. Essa visão, de alguma forma, coaduna-se com a definição de extensão constante no documento mais recente que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira (Resolução CNE/CES nº 7/2018), onde a referida missão acadêmica é entendida como

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as IES e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

Concernente a mencionada Resolução CNE/CES nº 7/2018, e especificamente no exposto entendimento de extensão, é de notar-se a adoção do termo “IES”, no lugar de “universidade”, exclusivamente, além de adotar o termo “articulação permanente” ao invés de “indissociabilidade” com o ensino e a pesquisa, sendo que um possível caminho à interpretação à adoção dessas terminologias, talvez possa ser aquele que compreende as diferentes naturezas/características institucionais/organizacionais das IES no país.

Além disso, a já referida Resolução CNE/CES nº 7/2018, concorrentemente a uma das estratégias do Plano Nacional de Educação (2014-2024), propõe a curricularização da extensão (SERVA, 2020), na forma de inclusão de componentes curriculares em cursos de graduação (BRASIL, 2018). Nesse aspecto, particularmente, admite-se que é possível considerar, por um lado, tratar-se de uma estratégia de empoderamento da extensão, ao colocá-la em uma das instâncias mais centrais da educação, o currículo; por outro lado, recomenda-se cuidado para que as ações não recaiam em uma mera creditação de horas, de caráter puramente quantitativo, sem a devida preocupação com o projeto pedagógico das atividades (SCACHETTI; SIGRIST; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2018), ou ainda, em uma ação que se reduza à busca por “performatividade” (BALL, 2010; SERVA, 2020).

Assim, pensa-se que a extensão que se vislumbra, do ponto de vista formativo, está associada com a prática educativa que se sustenta na ideia de conhecer de perto problemas reais e voltar à sala de aula com uma visão ampliada, resultante da relação entre teoria e prática, da experiência vivenciada, de modo a possibilitar a formação de um profissional-cidadão que construiu seu saber no contexto social, em vivências adquiridas pelo diálogo e

discussões (TAVARES; FREITAS, 2016). Essa visão coaduna-se com o entendimento preconizado pela Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC/SESu) por ocasião do PROEXT de 2016.

Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediado por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa (BRASIL, 2016).

Assume-se aqui, portanto, a ideia de que seria recomendável que a produção do conhecimento, assim como a sua respectiva e/ou concomitante disseminação, deveria estar associada a encontros que ultrapassassem o espaço exclusivamente acadêmico (SCACHETTI; SIGRIST; OLIVEIRA-MONTEIRO, 2018), de modo as IES se tornem um lugar de cultura e de estudos aberto a todos (DELORS, 2006).

Da mesma maneira, por meio da extensão, pode-se vislumbrar a geração de impactos positivos do ponto de vista “da construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2011, p. 73), além de uma forma de cumprimento de uma recomendação ética norteadora do ensino e da pesquisa, com vistas a construir o relacionamento da IES com a sociedade fundamentada pela responsabilidade social (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007).

3 MÉTODO

O presente artigo refere-se a uma pesquisa bibliométrica acerca da extensão universitária. A abordagem da pesquisa realizada foi quantitativa, uma vez que ocorreu uma coleta de dados cuja medição foi numérica e estatística (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

De acordo com Teixeira, Iwamoto e Medeiros (2013), a bibliometria é proveniente da Ciência da Informação e objetiva avaliar e contextualizar a produção científica em determinada área de conhecimento, considerando-se principalmente países, instituições e cientistas mais produtivos, entre outros aspectos. Nesta mesma direção, conforme Macias-Chapula (1998) compreende-se que a bibliometria cria condições, por meio da geração de índices, de avaliar a produção científica de um país, das instituições, dos pesquisadores, bem como possibilita macroanálises e microanálises do campo, tanto numa perspectiva mais global quanto mais operacional.

Além disso, o termo bibliometria foi cunhado por Pritchard (1969), na década de 60, sendo originalmente um tipo de abordagem de investigação de caráter quantitativista, com vistas à mensuração da produção científica. Braga (1973), por sua vez, salientou que a bibliometria seria um tratamento quantitativo das propriedades e do comportamento da informação registrada. Em linhas gerais, admite-se que a bibliometria contribui para a compreensão da produção científica sobre determinado tema (Araújo, 2002).

A busca de artigos foi realizada entre os dias 11 de junho e 19 de fevereiro de 2021,

tendo sido utilizadas as bases de dados Ebsco e Scopus. A abrangência da pesquisa foi restrita ao período entre os anos 2010 e 2020. Além disso, adotou-se como critério amostral, artigos publicados em revistas com avaliação Qualis (quadriênio 2013-2016) A1, A2, B1 e B2, na área de Educação, além de terem sido admitidos somente artigos publicados em língua portuguesa.

Para a execução da busca de artigos nas referidas bases de dados, foram adotados os descritores "extensão"; "extensão universitária"; "extensão acadêmica"; "terceira missão". Na base Scopus, restringiu-se a busca utilizando-se a opção de encontrar os descritores no título, resumo ou palavras-chave; já na base Ebsco, foi feito uso de operadores booleanos: AND, OR, AND. Inicialmente, foram encontrados um total de 91 artigos publicados em língua portuguesa sobre extensão. Foram descartados 15 artigos publicados em revistas classificadas somente na área de administração ou outras áreas, além de outros 24 artigos publicados em revistas com Qualis B3 ou menor, de modo que a amostra válida restou em 52 artigos.

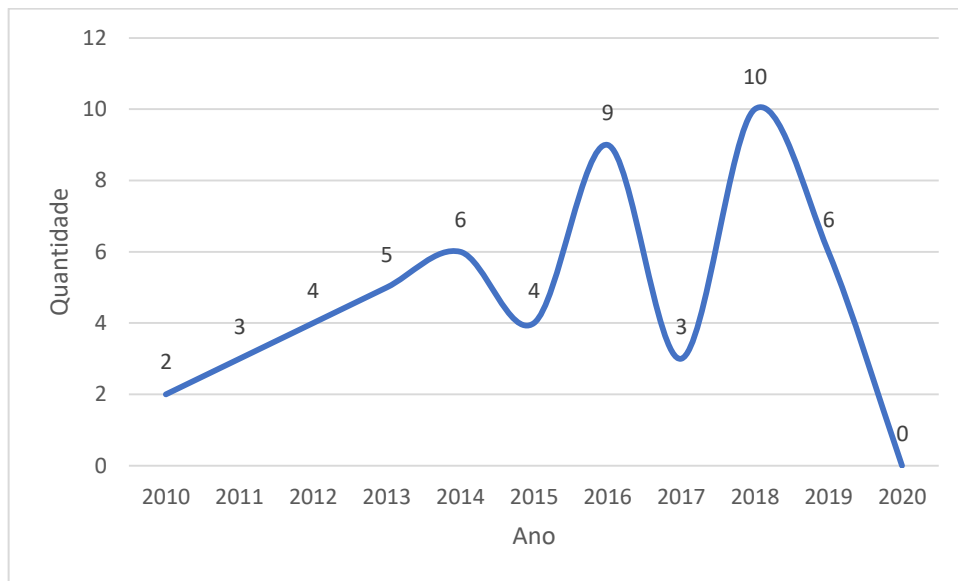
Para fins de organização dos dados, utilizou-se uma planilha eletrônica *Excel*, sendo que após a exclusão dos artigos que não atendiam os critérios de inclusão da amostra, foi construída uma matriz a partir das categorias bibliométricas definidas: título do artigo; nome(s) do(s) autor(es); afiliação; ano de publicação do artigo; tema da pesquisa; tipo do artigo; natureza do método, entre outras. Para fins de análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva simples.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira categoria analisada foi a quantidade de publicações por ano, dentro do período selecionado. Entre os anos 2010 e 2014, percebe-se uma crescente constante na quantidade de artigos publicados, seguido de uma ligeira queda em 2015, sendo o ano de 2018 o pico de publicações sobre o tema de interesse, o que, sugere-se, pode ter relação com o próprio processo de institucionalização da extensão, principalmente nas universidades públicas federais (TAVARES; FREITAS, 2016; MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018). No caso do aumento do interesse pelo tema, em 2018, pensa-se que um dos possíveis motivos para tal, tenha sido o estabelecimento dos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), além da própria publicação da Resolução CNE/CES nº 7/2018 (BRASIL, 2018).

De acordo com os critérios estabelecidos para formação da amostra válida, apesar de não ter havido resultado o ano de 2020 – até o momento da finalização da coleta de dados –, pode-se considerar que a área de Educação tem apresentado um interesse acadêmico voltado à extensão. O Gráfico 1 permite visualizar com clareza a oscilação da produção no decorrer do tempo.

Gráfico 1 – Quantidade de publicações por ano.



Fonte: elaboração própria.

Com relação à produtividade dos autores, percebe-se uma produção bastante diluída: dos 171 autores que assinaram os artigos encontrados, somente dois deles publicaram 2 (dois) artigos cada: Carlos Dimas Martins Ribeiro; Carlos Roberto de Castro e Silva. Os outros 169 (cento e sessenta e nove) autores publicaram somente 1 (um) artigo cada.

Cabe ressaltar que, apesar da ampla maioria dos autores se encontrarem afiliados a IES, nota-se também que alguns eram provenientes de outros órgãos, como secretarias públicas ou instituições sem fins lucrativos, o que sugere uma estreita aproximação entre IES e outras entidades da sociedade. Com relação à nacionalidade destes autores, ainda que os textos da amostra tenham sido publicados em língua portuguesa, foram identificados dois autores franceses e um equatoriano.

Adicionalmente, foram identificados autores afiliados a um total de 49 (quarenta e nove) instituições diferentes. Nesse quesito, foi identificado também que poucas instituições apresentavam uma produção mais numerosa em comparação às outras, o que sugere, à primeira vista, que o tema tem tido maior atenção, à pesquisa e produção científica, nas IES públicas (MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2018). O destaque foi da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que apareceu em 5 (cinco) artigos publicados, conforme se vê no Quadro 1.

Quadro 1 – Quantidade de publicações por instituição

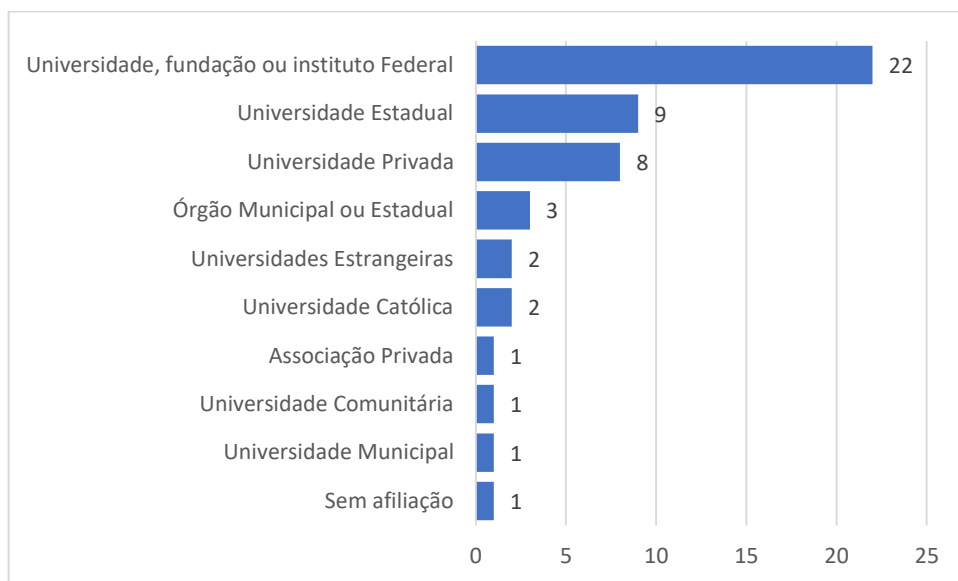
Instituição	Quantidade de publicações
Universidade Federal de São Carlos	5
Universidade Estadual Paulista; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal Fluminense	3
Universidade de Brasília; Universidade de São Paulo; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal de Minas	2

Gerais; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São João del-Rei; Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fonte: elaboração própria

Sobre a esfera administrativa das instituições, percebe-se uma predominância das IES federais, com representação de 44,9% do total, seguida pelas instituições estaduais e privadas, com 18,37% e 16,33%, respectivamente. O Gráfico 2 mostra a quantidade de instituições identificadas, conforme a esfera administrativa de atuação.

Gráfico 2 – Esfera administrativa das instituições



Fonte: elaboração própria

Em relação aos periódicos que mais publicaram sobre extensão, destacou-se a Revista Interface – Comunicação, Saúde, Educação, vinculada à Universidade Estadual Paulista (UNESP). O Quadro 2 traz mais informações sobre outras revistas que também se interessam pela temática em foco.

Quadro 2 – Periódicos que mais publicaram sobre o tema

Revista	Quantidade de publicações	Percentual de publicações
Interface – Comunicação, Saúde, Educação	11	21,15%
Espacios	8	15,38%
Psicologia & Sociedade	3	5,77%
Movimento; Revista Meta: Avaliação	2	7,69%

Fonte: elaboração própria

A análise das metodologias apontadas nas publicações analisadas mostrou uma ampla

preferência por abordagens qualitativas, encontradas em 84,62% (n=44) dos artigos pesquisados, sendo que as abordagens quantitativa ou mista apareceram, cada uma, em 7,69% dos artigos (n=4).

Realizou-se, também, uma análise dos tipos de artigo mais publicados no campo de estudos, de modo que do total da amostra, 39 (trinta e nove) eram artigos teóricos, com adoção exclusivamente de abordagem qualitativa, e 13 (treze) teórico-empíricos, sendo que destes últimos, 6 (seis) estudos haviam adotado algum método qualitativo, 4 (quatro) métodos mistos e 3 (três) quantitativos. O Quadro 3 apresenta a relação entre o tipo de artigo adotado e a abordagem empregada nas pesquisas.

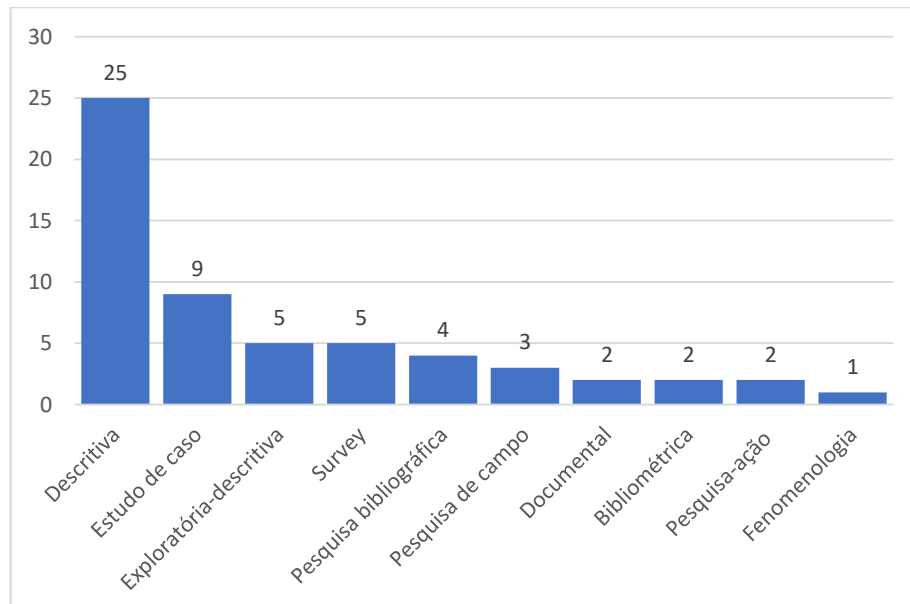
Quadro 3 – Abordagem da pesquisa por tipo de artigo

Tipo de artigo	Abordagem da pesquisa	Quantidade
Teórico	Qualitativa	39
	Mista	4
Teórico-empírico	Qualitativa	6
	Quantitativa	3

Fonte: elaboração própria

Quanto aos tipos de pesquisa adotados, verifica-se a predominância de pesquisas descritivas, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tipos de pesquisas utilizadas



Fonte: elaboração própria

Verificaram-se também quais as abordagens preferidas dos periódicos que mais publicaram sobre o tema, conforme demonstrado no Quadro 4. Novamente, a abordagem

qualitativa apareceu com amplo destaque.

Quadro 4 – Abordagem da pesquisa por periódico

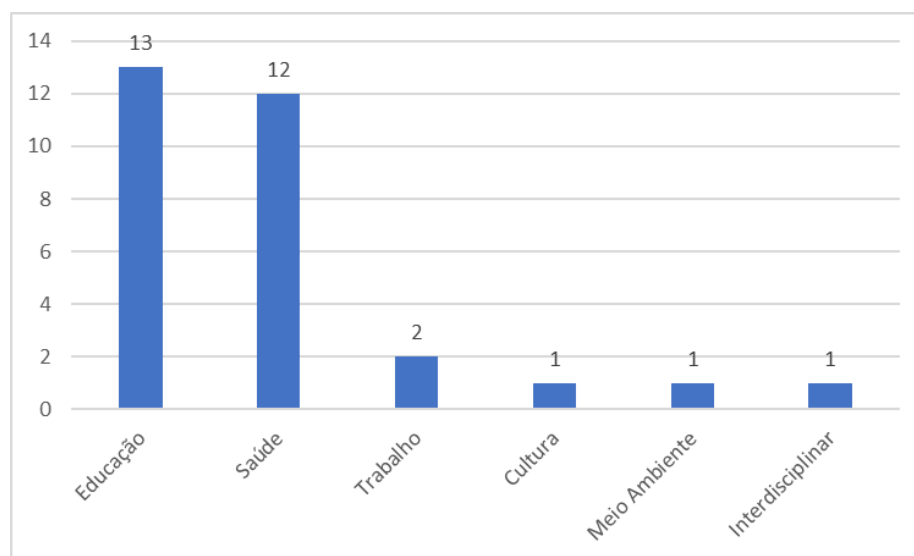
Revista	Quantidade de artigos	Abordagem		
		Qualitativa	Quantitativa	Mista
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	11	10	-	1
Espacios	8	7	-	1
Psicologia & Sociedade	3	3	-	-
Movimento	2	2	-	-
Revista Meta: Avaliação	2	1	1	-

Fonte: elaboração própria

Com relação ao tema central dos artigos, verificou-se a publicação de relatos de experiência, majoritariamente, sendo que 30 (trinta) artigos descreviam ações, projetos ou práticas extensionistas que ocorreram nas IES, resultado este que se mostra coerente com a predominância de pesquisas descritivas qualitativas.

Conforme destacado neste texto, as atividades de extensão são desenvolvidas em áreas temáticas definidas pelo FORPROEX/PROEXT (MACHADO; PRADOS; MARTINO, 2016; 2018; MACHADO; PRADOS, 2018). Dos artigos encontrados nesse estudo, 13 (treze) deles descreveram práticas desenvolvidas dentro da área temática “educação”, enquanto outros 12 (doze) ocorreram na área da “saúde”. O Gráfico 4 mostra que apareceram mais 3 (três) áreas temáticas, além de um projeto interdisciplinar, ficando de fora os temas ligados a direitos humanos e justiça, comunicação e tecnologia e produção.

Gráfico 4 – Área temática explorada nos relatos de experiência



Fonte: elaboração própria

Além dos relatos de experiência, outra temática que recebeu destaque foi a publicação de práticas de extensão rural, em cinco artigos. Foram ainda encontrados outros temas relevantes, tais como: formação de professores (em diferentes áreas); relações de gênero e raça; e articulação da extensão com ensino e pesquisa.

De um modo geral, pode-se observar que tem as atividades extensionistas tem abrangido diversas áreas temáticas, o que se reflete em suas respectivas publicações. No entanto, constata-se também uma necessidade de ampliar a reflexão sobre a extensão a partir de seus aspectos históricos, conceituais, filosóficos, operacionais, regulatórios e avaliativos (CALDERÓN; PESSANHA; SOARES, 2007), ao que se poderia acrescentar, a elaboração, viabilização e implantação da política institucional na área de extensão universitária e a gestão da extensão (CORRÊA, 2003; CALDERÓN, 2005), além da própria gestão educacional e o relacionamento IES-sociedade (MACHADO, 2021), amplamente falando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo pretendeu contribuir para o campo de estudos voltado à extensão, uma vez que estudos bibliométricos podem ser úteis, entre outros aspectos, para ampliar o entendimento sobre a dinâmica da produção do conhecimento sobre um tema de interesse em uma determinada área de conhecimento. Sendo assim, considera-se que o objetivo proposto para este estudo foi alcançado.

Ao se analisar a mobilização da comunidade acadêmica brasileira, é de se perceber o amplo predomínio das instituições federais nas discussões sobre a extensão, principalmente as universidades, o que pode se dever, entre outros aspectos, pela maior presença da rede federal no território nacional, além da própria complexidade das suas atribuições, estruturas e capacidades no que se refere, particularmente, ao esperado entrelaçamento entre a pesquisa científica, o ensino e a extensão.

A quantidade de artigos publicados em periódicos nacionais relevantes permite sugerir que tem havido interesse pelo tema. Uma das possíveis explicações para tal está relacionada com as discussões promovidas pelas diferentes entidades de pró-reitores de instituições públicas, particulares, católicas e comunitárias. Complementarmente, outra possível vertente explicativa, pode ser a que compreende a formulação e aplicação de leis, normas, planos e políticas voltadas ao tema ora em foco.

Ao examinar a dinâmica da produção de conhecimento sobre o tema, dentro do campo da educação, evidencia-se a predominância por estudos descritivos, a partir de relatos de experiência. De modo geral, fazer o resgate histórico da extensão no Brasil e compartilhar boas práticas auxilia a compreensão e conceituação deste tipo de atividade. Este tipo de trabalho, portanto, é de extrema relevância e importância para aceitação da extensão dentro do ambiente acadêmico e fora dele, onde as atividades efetivamente ocorrem.

No entanto, tal abordagem torna improvável o alcance de contribuições teóricas à área de conhecimento. Isto sugere, pelo menos num primeiro momento, que se faz necessário ampliar esforços para diversificar o campo de pesquisa, a partir de outros tipos de investigação, metodologias, teorias e conceitos, inclusive, se assim se fizer necessário, a partir da transposição de contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento.

Além disso, é de se ressaltar que os artigos publicados eram oriundos de pesquisa

básica, de modo que se nota uma relativa ausência de pesquisas a partir da função aplicada, isto é, o tipo de estudo que é motivado pela necessidade de resolver problemas concretos, imediatos ou não. A pesquisa aplicada, aliás, poderia ser aproveitada, entre outras coisas, para abordar a questão da gestão da extensão, assunto este praticamente ausente entre aqueles tratados nos artigos da amostra desta investigação, seja do ponto de vista adotado pelo FORPROEX (institucionalização, avaliação e financiamento) ou mesmo de um enfoque voltado para a operacionalização local das atividades de extensão.

Faz-se importante destacar que até o final do ano de 2021 os currículos de graduação deverão, obrigatoriamente, contar com créditos extensionistas em seus currículos. Embora publicada recentemente, essa diretriz nacional acerca desta missão universitária tende a implicar mudanças significativas nas IES brasileiras, impactando não apenas as práticas já existentes, mas a própria relação da extensão com o ensino e a pesquisa, sobretudo com a efetiva inclusão da extensão nas matrizes curriculares dos cursos superiores.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2002.

BALL, S.J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 2, p. 37-55, mai./ago. 2010.

BERGER, P. L.; BERGER, B. **Sociology – A Biographical Approach**. 2. ed. New York: Basic Books, 1975.

BRAGA, G. Relações bibliométricas entre a frente de pesquisa (research front) e revisões da literatura: estudo aplicado à Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 1973.

BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das universidades brasileiras. **Diário Oficial da União**, 15 abr. 1931.

BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov. 1968.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Edital PROEXT 2016** – Programa de Apoio à Extensão Universitária. Brasília, 2016. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243:editais&catid=235&Itemid=164. Acesso em: 17/10/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CALDERÓN, A. I. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**, v. 34, p. 19-27, 2005.

CALDERÓN, A. I., PESSANHA, J. A. O.; SOARES, V. L. P. C. **Educação superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares**. São Paulo: Xamã, 2007.

CORRÊA, E. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 1, n. 1, p. 12-15, jul. 2003.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 1, p. 1-20, 2020.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 10. ed., São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

FOLIGNO, A. Z.; SILVA, F. L.; MACHADO, M. M. Extensão universitária: estudo bibliométrico da produção científica brasileira (2010-2020). **XV Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional – Desafios de uma Sociedade Digital nos Sistemas Produtivos e na Educação**, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo – SP, 11 a 12 de novembro, 2020. Disponível em: <http://www.pos.cps.sp.gov.br/artigos/MTY=MTY0>. Acesso em: 02/07/2020.

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras. **I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 27/07/2020.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras e MEC/SESu. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 28/07/2020.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 02/07/2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GONÇALVES, N.G.; VIEIRA, C.S. Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 269 - 291, jan./jun. 2015.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N.; MARTINO, M. A. A educação profissional e tecnológica e a prática extensionista: algumas reflexões. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura – RETC**, v. 2, p. 120-129, 2016.

MACHADO, M. M.; PRADOS, R. M. N.; MARTINO, M. A. A extensão e a educação

profissional e tecnológica no Centro Paula Souza: realizações, desafios e oportunidades. *In*: FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica: extensão e cultura**. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

MACHADO, M.M.; PRADOS, R.M.N. As Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo e a Responsabilidade Social no Ensino Superior de Graduação Tecnológica. **Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura - RETC**, v. 22, p. 41-49, 2018.

MACHADO, M. M. Educação profissional de nível tecnológico: considerações sobre gestão educacional e o relacionamento IES-sociedade. **Seminário Internacional de Tecnologia, Educação e Sociedade – Gestão Criativa e Formação Profissional Contemporânea**. Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba, Itaquaquecetuba – SP, 29 a 31 de março, 2021. Disponível em: <https://sidtes.wordpress.com/anais-2021-2/>. Acesso em: 02/07/2021.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, 27, p. 134-140, 1998.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics. **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCACHETTI, R. E.; SIGRIST, V. C.; OLIVEIRA-MONTEIRO, N. R. E de extensão. *In*: FREIRE, E.; VERONA, J. A.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica: extensão e cultura**. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

SERVA, F.M. **A extensão universitária e sua curricularização**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SILVA, F. L.; FOLIGNO, A. Z.; MACHADO, M. M. Responsabilidade social universitária: análise bibliométrica da produção científica brasileira (2010-2019). **SEMEDUC – I Simpósio Nacional de Estratégias e Multidebates da Educação – Saberes que Educam**, Varginha-MG, 29 a 31 de julho, 2020. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semeduc/article/viewFile/9494/9302>. Acesso em: 02/07/2021.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2010.

TAVARES, C. A. R; FREITAS, K. S. **Extensão universitária: O patinho feio da academia?** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

TEIXEIRA, M. L. M.; IWAMOTO, H. M. I.; MEDEIROS, A. L. Estudos bibliométricos em administração: discutindo a transposição de finalidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 423-452, jul./ago./set., 2013.